

Advisory

ADVOGADOS, CONSULTORES E BANCOS DE INVESTIMENTO

Relação entre empresas e Estado “nunca foi tão difícil como agora”

Direito ■ “Temos procedimentos altamente burocráticos e uma carga fiscal elevada. Exceção ao turismo, onde vamos vivendo à sombra do clima e da fama do país”, diz sócio da Cerejeira Namora Marinho Falcão.

Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com

O advogado Ricardo Maia Magalhães, de Direito Público, considera que a relação entre as empresas e o Estado “nunca foi tão difícil como é hoje”. O sócio da Cerejeira Namora, Marinho Falcão diz que basta ligar os telejornais para se perceber que houve essa deterioração, sobretudo causada pela fiscalidade e burocracia.

“Temos de tomar uma decisão ao nível de cidadania (nem digo jurídica ou política) e de perceber que se queremos atrair investimento para Portugal, se queremos ter empresas, mesmo nacionais, a investir em Portugal, é preciso perceber que temos um país muitíssimo pouco apelativo desse ponto de vista”, afirmou ao programa “Falar Direito”, do Jornal Económico (JE).

“Temos procedimentos altamente burocráticos e um nível de carga fiscal muitíssimo elevado. Exceção ao turismo, em que ainda vamos vivendo um bocadinho à sombra do clima e da fama que o país foi criando”, argumentou o jurista.

Questionado sobre o relatório do Tribunal de Contas (TdC), que veio a público no início deste ano, com alertas ao processo de descentralização de competências dos municípios, o advogado ressalva que “quem trabalha com autarquias sabe que são críticas que têm toda a razão de ser e razão”.

“Podemos recordar quando os autarcas diziam que este não era um processo de descentralização, mas um processo para sacudir a água do capote do Estado para cima das autarquias. Hoje, o TdC vem, por umas palavras



“Ricardo Maia Magalhães foi o mais recente convidado do podcast Falar Direito do JE

um bocadinho mais polidas, dizê-lo também”, sintetiza.

A instituição advertiu para a importância de manter o “rigor técnico” na avaliação das necessidades de financiamento e admite que exista falta de informação consolidada e de mecanismos transparentes nesse

sentido. Portanto, conclui que há “fragilidades” e pede mais “clareza”.

Ricardo Maia Magalhães destaca que “o TdC reconhece que a descentralização destas competências para os municípios é um instrumento importantíssimo para termos um país totalmente coeso em matéria de desenvolvimento, mas aponta críticas à preparação fraca do processo”. “Não existe nenhum estudo, nenhum cuidado de análise - pelo menos, que tenha sido publicado ou publicitado - sobre porque é que as áreas a descentralizar são aquelas”, exemplifica.

Sócio da Cerejeira Namora desde 2023

Ricardo Maia Magalhães é o convidado do podcast “Falar Direito”, que será publicado na íntegra, no site e nas plataformas de streaming do JE, na próxima segunda-feira, dia 15 de janeiro, data de dissolução da Assembleia da República.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, este advogado tem um mestrado em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto e é doutorando em Ciências Jurídico-Públicas na Escola de Direito da Universidade do Minho. A sua carreira na advocacia começou na Pacheco de Amorim, Miranda Blom e Associados, onde era o sócio responsável pelo departamento de Contratação Pública e Autarquias Locais (2019-2023). É também professor convidado no ISCTE - Executive Education e associado da Associação de Direito Administrativo (ADA), nomeadamente da Comissão de Contratação Pública.